

PEDAGOGIA DA UNESPAR – CAMPUS DE PARANAÍ E A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Beatriz Fernanda Almeida da Silva

E-mail:

biiiaallmeida2227@gmail.com

Instituição: Universidade Estadual do Paraná, Brasil

Submetido: 13/04/2020

Aprovado: 06/07/2020

Publicado: 30/03/2022

doi 10.20396/rho.v22i00.8659142

e-Location: e022002

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023): SILVA, B. F. A. da; STENTZLER, M. M. Pedagogia da UNESPAR - campus de Paranaíba e a história da formação de professoras na região noroeste do Paraná. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 22, p. 1-21, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659142. Disponível em: <https://bityli.com/SFLHq>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



 **Beatriz Fernanda Almeida da Silva***
Universidade Estadual do Paraná

 **Marcia Marlene Stentzler****
Universidade Estadual do Paraná

RESUMO

Neste artigo, analisamos o acesso da mulher ao Curso de Pedagogia e o processo sócio-histórico de criação desse curso em âmbito nacional e na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* Paranaíba, região noroeste do Estado do Paraná. Nesta instituição o curso foi criado em 1965. Nasceu com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI) e foi fundamental para a formação da mulher no ensino superior em um período de escassez de professores formados nas escolas da região. A pesquisa foi realizada por meio de estudo bibliográfico, da legislação, de fontes históricas disponíveis no arquivo do *campus* da Unespar em Paranaíba e em acervo particular de uma pedagoga formada na primeira turma. A análise de documentos foi entretecida a estudos já publicados na área, como por exemplo Furlan (2008); Aragão e Kreutz (2011); Castro (2018), entre outros. Além disso, consultamos estudantes matriculados no Curso de Pedagogia em 2019, via formulário do *google*. Dessa forma, por meio da pesquisa, foi possível conhecer a história da criação do curso e da antiga FAFI como parte de um projeto para a formação de professores, expectativas profissionais e perspectivas dos estudantes com a formação obtida no Curso de Pedagogia presencial desta Universidade pública.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação. Ensino superior. Curso de pedagogia. Formação da mulher.

PEDAGOGY FROM UNESPAR – PARANAÍ CAMPUS AND THE HISTORY OF TEACHERS' TRAINING IN THE NORTHWEST REGION OF PARANÁ STATE**Abstract**

In this article, we will analyze the woman access to the Pedagogy Course and the social-historical process of its creation in a national ambit and in the Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranaíba campus, situated in the northwest region of Paraná state. This course was created in 1965 in the same institution. Initially, it came up with Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FAFI) and was crucial for woman's training in higher education in a time where there was a lack of graduated teachers around the area. The research was realized through bibliographic study, legislation and historical sources that are available on Unespar Paranaíba campus' file and private archive from a pedagogue that was graduated in the first class. The documents analysis was intertwined to similar studies that are already published, for example Furlan (2008); Aragão and Kreutz (2011); Castro (2018), among others. Beyond that, we also checked registered students from Pedagogy Course in 2019, via Google's form. In that way, through this research, it was achievable to know the course's history of creation and to know the old FAFI college as part of a project to teachers training, professionals expectations and students perspectives with the information taken in the presential Pedagogy course, from this public university.

Keywords: History of education. Higher education. Pedagogy course. Woman's training.

PEDAGOGÍA DE LA UNESPAR – UNIDAD DE PARANAÍ Y LA HISTORIA DE LA FORMACIÓN DE PROFESORAS EN LA REGIÓN NOROESTE DEL PARANÁ**Resumen**

En este artículo analizamos el acceso de las mujeres al Curso de Pedagogía y el proceso socio-histórico de creación de este curso a nivel nacional y en la Universidad Estatal de Paraná (UNESPAR), campus Paranaíba, región noroeste del Estado de Paraná. En esta institución, el curso fue creado en 1965. Fue creado con la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras (FAFI) y fue fundamental para la formación de mujeres en la educación superior en un período de escasez de docentes formados en las escuelas de la región. La investigación fue realizada por medio del estudio bibliográfico, de la legislación y de fuentes históricas disponibles en el archivo de la unidad de la Unespar en Paranaíba y en acervo particular de una pedagoga graduada en el primer grupo. El análisis de documentos fue entrelazado a estudios ya publicados en el área, como por ejemplo Furlan (2008); Aragão y Kreutz (2011); Castro (2018), entre otros. Además, consultamos a estudiantes inscriptos en el Curso de Pedagogía en 2019, por formulario de Google. De esa manera, por medio de la investigación, fue posible conocer la historia de la creación del curso y de la antigua FAFI como parte de un proyecto para la formación de profesores, expectativas profesionales y perspectivas de los estudiantes con la formación obtenida en el Curso de Pedagogía presencial, de esta Universidad Pública.

Palabras clave: Historia de la educación. Enseñanza superior. Curso de pedagogía. Formación de la mujer.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa tratamos da mulher, seu acesso ao ensino superior por meio do Curso de Pedagogia. É fato que cada vez mais as mulheres têm predominado em cursos superiores e, historicamente, o Curso de Pedagogia tem sido majoritariamente procurado por elas que buscam formação em nível superior. Mesmo com a escolarização, mulheres estão sujeitas a menores remunerações ocupando função idêntica à do homem. Conforme aponta o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019), as “Mulheres com 12 anos ou mais de estudo ganham, em média, 68% do que homens com a mesma escolaridade [...]”, revelando a desigualdade de gênero e o papel feminino na história.

Contudo, essa questão conta com especificidades no âmbito da educação. As instituições contam com plano de carreira, garantindo que professoras e professores tenham direitos iguais quanto à remuneração, tornando a carreira do magistério atrativa para as mulheres. Sobretudo, porque as “[...] mulheres não só representam a maior parte dos inscritos nos vestibulares como a maioria dos ingressantes no ensino superior e a maior parcela dos concluintes, tendo obtido mais sucesso acadêmico que os homens [...]” (ÁVILA; PORTES, 2009, p. 94), respeitadas as áreas específicas e a conquista de direitos como processo sócio-histórico, conforme Castro (2018).

Em estudo realizado no ano de 1975, as pesquisadoras Barroso e Mello (1975, p. 47) evidenciam que a “[...] maioria das moças concluintes do colegial [...]” buscavam o curso superior, em especial cursos nas áreas de humanas. Barroso e Mello (1975, p. 50) enfatizam um processo de dupla seleção que a mulher passava para acessar a educação: as “[...] barreiras de natureza econômica [...]” e o outro os “[...] obstáculos de natureza psicossocial que, quando não impedem que curse uma faculdade, delimitam carreiras como sendo mais adequadas para ela [...]”, como por exemplo o Curso de Pedagogia.

Em alguma medida, essa realidade também fez e faz parte da vida de estudantes do Curso de Pedagogia da Unespar, *campus* de Paranavaí. O Curso iniciou no ano de 1965, nascendo junto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFI). A primeira turma concluiu o curso no ano de 1969, sendo 14 mulheres e 1 homem. (VESSONI, 1970). Isso indica que o Curso de Pedagogia desta instituição pública de ensino superior foi e continua sendo majoritariamente feminino desde sua criação.

Ao resgatar aspectos do percurso histórico da mulher na educação, em particular àqueles relacionados ao seu ingresso e permanência no nível superior no Curso de Pedagogia da Unespar, *campus* de Paranavaí, objetivamos analisar o acesso da mulher ao Curso de Pedagogia e o processo sócio-histórico de criação desse curso em âmbito nacional e na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* Paranavaí, região noroeste do Estado do Paraná.

Fundamentamos o estudo em documentações institucionais, legislações e pesquisas sobre o Curso de Pedagogia e a mulher. As representações são compreendidas a partir de

Chartier (1988, p. 17), para quem “[...] as lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio.”

Os documentos históricos permitem compreender a organização do Curso de Pedagogia e seu impacto na formação de professores para a região nos primeiros anos de existência. Ressaltamos que “[...] o termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo.” (LE GOFF, 1990, p. 537). Sendo assim, os documentos permitem ao pesquisador elaborar a crítica, extrair “[...] tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm.” (LE GOFF, 1990, p. 537). A lição de Fustel de Coulanges na Universidade de Strasburgo em 1862 (FUSTEL DE COULANGES, 1862 *apud* LE GOFF, 1990, p. 540) ensina que “[...] onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história.”

A pesquisa foi embasada em documentos históricos do curso, disponíveis em acervo institucional e particular, bem como em registros estatísticos na página da Unespar/Prograd, acerca do ingresso e permanência de estudantes neste curso. (UNESPAR, 2018, 2019). O estudo se completa com resultados de uma sondagem sobre perspectivas profissionais de estudantes e os interesses pelo Curso, junto aos 219³ estudantes matriculados em 2019, turnos vespertino e noturno. Recebemos 23 respostas, sendo: 3 estudantes do 1º ano; 3 do 2º ano; 13 do 3º ano e 4 do 4º ano. Responderam 5 questões, via formulário do google drive.

Dessa forma, o artigo está organizado, primeiramente, abordando aspectos da formação da mulher no curso de pedagogia; em seguida, tratamos sobre a criação da FAFI e de seu curso de Pedagogia, abordando aspectos de sua trajetória. As fontes históricas embasam a compreensão desse movimento e permitem a contextualização enquanto um processo sócio-histórico com a inserção da mulher no magistério por meio do Curso de Pedagogia.

A FORMAÇÃO ACADÊMICA DA MULHER E O CURSO DE PEDAGOGIA

Durante muito tempo, social e culturalmente, a educação das mulheres era destinada ao mundo privado, em especial, para o cuidado do lar, dos filhos e do marido, conforme Aragão e Kreutz (2011, p. 109) assinalam: “[...] desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos.” Mas, paulatinamente, a mulher passou a atuar fora de casa e a escola foi um dos lugares em que ela foi autorizada pelo marido a trabalhar. A “rainha do lar” ganhava cada vez mais a função de também educar nas escolas primárias, ampliando, assim, sua missão de bem formar as crianças. (ALMEIDA, J., 1998; ARAÚJO, 2013).

As mulheres enfrentaram dificuldades para conquista do direito à educação, mesmo no magistério, uma carreira que hoje é predominantemente feminina. No estado do Paraná, a primeira figura feminina a conseguir se matricular na Escola Normal de Curitiba foi Júlia Wanderlei (1874-1918), após muita insistência. De acordo com Araújo (2013, p. 1), ela foi

[...] reconhecida no Paraná como a primeira mulher a participar presencialmente do curso normal na capital do Estado [...] nesse período, Curitiba como outras cidades brasileiras, sofria um imperioso recrutamento de profissionais femininas para atender a difusão da educação entre uma população de origens e hábitos diversificados.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a sociedade reproduzia ideais de modernização e a escola se transformou para formar os futuros trabalhadores das indústrias. As professoras primárias foram agentes de “modernização e civilização” da população. (ARAÚJO, 2013, p. 1). Com a Proclamação da República, a profissão professor gradativamente torna-se feminina, especialmente nas escolas primárias (anos iniciais do ensino fundamental). Cada vez mais as mulheres, formadas ou não, passaram a lecionar nas escolas urbanas ou rurais. Algumas delas eram formadas nas escolas normais, outras em escolas complementares, mas um grande número muitas não tinham a formação específica para o magistério, dificultando prover escolas com professores, conforme aponta Stentzler (2018) em pesquisa realizada na região sul do Paraná.

Sobre as escolhas femininas para a profissionalização, Barroso e Mello (1975, p. 50) apontam que “[...] o curso normal pode mesmo não constituir uma escolha profissional para parte das jovens que o procuram, mas apenas uma forma mais elaborada de preparação para o destino doméstico.” Para outras, cursar uma escola normal não era uma opção pessoal, revelando o tradicionalismo na formação feminina e masculina. Em estudo realizado pelas autoras a partir de dados do MEC, entre 1956 e 1971, indicou-se o crescimento do número de mulheres em cursos superiores¹, em estabelecimentos públicos ou privados. Esse fato estava correlacionado à elevação do número de mulheres egressas do ensino secundário.

No final da década de 1930 foi criado o primeiro Curso de Pedagogia no Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939, junto à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFI), com duração de 3 anos. (BRASIL, 1939). Na década de 1930, surgiram também os Institutos de Educação sob a influência dos preceitos da escola nova. Neles, de acordo com Furlan (2008, p. 3864),

[...] a formação do professor primário se dava em dois anos contendo tanto as disciplinas tradicionalmente conhecidas como Fundamentos quanto as Metodologias de Ensino. O Instituto de Educação oferecia também cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e extraordinários.

O Curso de Pedagogia formava bacharéis e licenciados, atraindo homens e mulheres. O bacharel ocupava cargos técnicos na educação e o licenciado ministrava aulas. Segundo Furlan (2008, p. 3864-3865):

O curso desde seu início formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo os 3 anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da educação. O curso de Didática, no 4º ano, destinado a todos os cursos de licenciatura, contava com as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao bacharel em Pedagogia bastava cursar as duas primeiras: Didática Geral e Didática Especial, pois o restante já estava contemplado no curso.

Nesse contexto, o profissional formado em curso superior de pedagogia passa a assumir espaços até então ocupados prioritariamente por egressos das escolas normais, lecionando nas escolas primárias. Mas, as mulheres formadas pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (a exemplo da congênere criada em Paranavaí, no ano de 1965) passaram a ocupar também espaços em escolas de ensino secundário, uma vez que, predominantemente, nas escolas primárias atuavam as normalistas. Barroso e Mello (1975, p. 54) destacam que o aumento na procura das mulheres por determinadas carreiras, entre elas a do magistério secundário, resulta de “[...] duas tendências paralelas [...]”: a feminização dessas carreiras e a sua expansão. Contudo, essa procura por cursos de licenciatura não representava uma “[...] inovação de papéis profissionais [...]”, já que havia uma reprodução, aparentemente por uma escolha livre da mulher, quanto a sua profissão.

Nesse cenário, o Curso de Pedagogia foi um dos que oportunizou formação para a mulher atuar como professora no ensino secundário. Entretanto, a diversificação do mercado de trabalho, mudanças na economia e exigências de qualificação profissional impulsionaram a reformulações na área de Pedagogia, ao longo de sua existência, em âmbito nacional.

Para Furlan (2008), diferentes períodos marcaram a existência do Curso de Pedagogia no Brasil. O primeiro, entre 1939 e 1972, caracterizado pelo processo de criação e fortalecimento da identidade do curso, que formava professores para a escola secundária e de técnicos para a educação. Pelo Parecer do Conselho Federal de Educação nº 252/1969 e a Resolução do Conselho Federal de Educação nº 02/1969, o currículo mínimo e o tempo de integralização do curso foram fixados. (BRASIL, 1969a; 1969b). A legislação manteve “[...] a formação de professores para o Ensino Normal, mas acrescentou as habilitações destinadas a formar especialistas para: planejamento, supervisão, administração e orientação educacional.” (CASTRO, 2018, p. 51).

A reestruturação dos cursos superiores e de formação do magistério no Brasil marcou o segundo período, entre 1973 e 1978, em que antigas atribuições foram modificadas, fortalecendo a formação para a licenciatura. (FURLAN, 2008). É interessante observar que os estudos de Barroso e Mello (1975) evidenciam o crescimento significativo de mulheres nos cursos das áreas de Letras, Ciências Humanas e Filosofia. Em 1956, elas ocupavam 67% das vagas dos cursos e, em 1971, esse percentual subiu para 77%. Segundo as autoras, há duas raízes que poderiam explicar a mudança: “[...] a crescente perda de prestígio da profissão docente e a restrição das alternativas existentes para a mulher no mercado de

trabalho.” (BARROSO; MELLO, 1975, p. 54). De fato, o magistério para a educação básica tornou-se um campo de trabalho eminentemente feminino com o passar dos anos.

O terceiro período, nas décadas de 1980 e 1990, foi marcado pela discussão da identidade do curso. (FURLAN, 2008). “Na década de 1980, receptor de inúmeras críticas, o Curso de Pedagogia apontava a fragmentação de forte caráter tecnicista e a ênfase na divisão técnica do trabalho na escola.” (ALMEIDA; LIMA, 2012, s.p.). Frente a isso, professores e estudantes se organizaram num movimento de resistência às reformas e de luta contra a ditadura militar. Encontros nacionais bianuais e seminários regulares resultaram em documentos referência para a construção da identidade do pedagogo e do próprio Curso de Pedagogia, com ênfase na formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. (ALMEIDA; LIMA, 2012; SILVA, 1999 *apud* FURLAN, 2008). A reorganização do Curso se efetivou no contexto de lutas contra a ditadura, redemocratização e reordenamento legal da educação com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9.394/96. (BRASIL, 1996).

O quarto período teve início em 1999, com a publicação do Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro daquele ano e se prolonga até os dias atuais. (FURLAN, 2008). O Decreto regulava a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, determinando que a formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental seria realizada nos Cursos Normais Superiores. Novamente a comunidade acadêmica se organizou para resistir a tal decreto. O então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e o ministro da educação, Paulo Renato de Souza, assinaram o Decreto-Lei nº 3.554 de 7 agosto de 2000, dando nova redação ao § 2º do Art. 3º do Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, substituindo o termo “exclusivamente” por “preferencialmente” (BRASIL, 1999, 2000). O Curso de Pedagogia recuperava a sua função como licenciatura.

A LDB 9.394/96 determinava que a formação de professores se desse por meio de cursos superiores, conforme o Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, e graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, art. 62).

A legislação associada à política de formação de professores induziu o fechamento de escolas que formavam professores no ensino médio, as escolas de magistério, antigas escolas normais. Almeida e Lima (2012) apontam que, na esteira da LDB 9.394/96, foi publicada uma série de leis, decretos, entre outros, “[...] definindo, formatando, disciplinando, controlando e desonerando o Estado da formação de professores, acentuando, gravemente, a fragilização desta formação [...]” e abrindo espaço para a iniciativa privada ofertar cursos que supririam as necessidades de profissionais dessa natureza.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Pedagogia foram publicadas pela Resolução CNE/CP nº1, de 15 de maio de 2006. Com as diretrizes, a natureza do curso passa a ser exclusivamente de licenciatura para atuar na educação básica. As habilitações (orientação educacional, supervisão escolar e administração escolar) entraram em regime de extinção e o Curso de Pedagogia, de acordo com o Art. 4º, passou a realizar a formação inicial para professores exercerem:

[...] funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p. 2).

A formação para docência constituiu a base para o Curso de Pedagogia. No § 1º do Art 2º, estabelece-se a definição do que é a docência:

[...] ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2006, p. 1).

Nesse sentido, as DCNs do Curso de Pedagogia preveem a organização da formação por meio de estudos teórico-práticos, processos de investigação e reflexão crítica. Além de englobar ações de planejamento, execução e avaliação de atividades educativas. Ao longo do processo de formação, devem ser desenvolvidas atividades pertinentes ao campo da educação, com contribuições, das ciências no âmbito “[...] filosófico, histórico, antropológico, ambiental-ecológico, psicológico, linguístico, o sociológico, político, econômico, cultural.” (BRASIL, 2006, p. 1). O mesmo documento estabelece o perfil do egresso, compreendendo ações junto a crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, atuação em espaços escolares e não formais, entre outras.

Ao final da segunda década do Século XXI, momento em que muitas profissões vivem uma crise de existência, o Curso de Pedagogia se apresenta como um espaço eminentemente feminino e possibilita trabalho para os egressos. Ávila e Portes (2009, p. 95) asseveram que “[...] as preferências quando à escolha dos cursos foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos [...]”, de acordo com áreas de maior interesse feminino ou masculino.

Nos dias atuais, a mulher ainda luta para adentrar em cursos de graduação e permanecer na universidade devido ao trabalho, à maternidade e ao lar, entre outros motivos. Essa conquista foi realidade na região noroeste do estado do Paraná, no ano de 1965, pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFI), hoje *campus* da Unespar e do Curso de Pedagogia. Assim, entretendo dados históricos e atuais com uma

pesquisa de campo realizada junto a estudantes desse Curso, é possível evidenciar o percurso histórico e as perspectivas que o ensino superior traz para uma região.

A CRIAÇÃO DA FAFI E O ENSINO SUPERIOR NO NOROESTE DO PARANÁ

Na segunda metade do Século XX, com as mudanças da sociedade e na economia, amplia-se o ingresso da mulher no ensino superior, especialmente em cursos de licenciatura da área de humanas, cujo campo de trabalho se expandia. Nesse período, Beltrão e Alves (2009, p. 130-131) destacam que houve um “[...] grande crescimento das universidades privadas, que ultrapassaram em muito o número de estudantes matriculados nas universidades públicas.” Os estudos de Corbucci, Kubota e Meira (2016, p. 10) indicam que, nesse período, o crescimento do número de instituições privadas de ensino superior

[...] foi favorecido por alguns fatores, tais como a expansão dos níveis de ensino anteriores, o acelerado crescimento econômico e do mercado de trabalho e, sobretudo, pelas diversas normas editadas pelos governos militares, a exemplo das resoluções do Conselho Federal de Educação.

O crescimento das instituições de ensino superior privadas deveria complementar a atuação de instituições públicas na formação de profissionais. Essa ideia estava presente na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a Reforma do Ensino Superior (BRASIL, 1968), a qual expandia o ensino superior também para “[...] instituições privadas e isoladas.” (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016, p. 9). Os autores apontam que na década de 1960 havia 101.691 estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior brasileiras, sendo 58,6% em instituições públicas e 41,4% nas privadas. Em 1970, o total de matriculados era de 425.478, sendo que o percentual de estudantes de instituições públicas era de 49,5% e nas privadas estudavam 50,5% dos matriculados.

O contexto de ampliação do ensino superior brasileiro e investimentos privados trouxeram novas expectativas para a educação na cidade de Paranavaí, Paraná. Embora houvesse quem duvidasse das potencialidades da cidade para criação de uma instituição de ensino superior, a ideia crescia junto a um grupo de professores do Colégio Estadual de Paranavaí, liderado pelo dentista e então professor daquele estabelecimento, Nelson Seiji Akiyoshi. Em entrevista concedida em 2006, publicada no Blog Independente de David Arioch (2013a), o principal idealizador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFI) revela percalços políticos para a autorização de funcionamento da instituição. Ele relata que as dificuldades foram superadas com o interesse da Superintendente do Ensino Superior, Maria de Lourdes Zanardini de Camargo, em conhecer o projeto detalhado para a Instituição, o qual:

[...] incluiu levantamento socioeconômico de toda a região e declaração de autoridades públicas, inclusive do prefeito. [...] mandamos tudo para

Curitiba e logo foi apreciado pelo Conselho Estadual de Educação. Era o primeiro passo para implantação da faculdade que começou municipal e se tornou estadual [...]. (AKIYOSHI, 2006 *apud* ARIOCH, 2013a).

Em meio a interesses políticos locais pela “[...] oportunidade para fazer propaganda política em cima dessa ideia, angariando votos [...]” (AKIYOSHI, 2006 *apud* ARIOCH, 2013a). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí foi fundada em 27 de Outubro de 1965; o Fundo do Ensino Superior foi criado pela Lei nº 389/65, aprovada pela Câmara Municipal de Paranavaí no mandato do Prefeito Municipal, José Vaz de Carvalho e alterada pela Lei nº 555/71, no mandato do prefeito Dionísio Assis Dal-Prá. (PARANAVALÍ, 1965, 1971). A FAFI recebeu autorização de funcionamento no ano de 1966 e os primeiros cursos foram de licenciatura. A sede estava na Avenida Rio Grande do Norte, atual Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), sob direção do Sr. Nelson Seiji Akiyoshi, entre 1965 e 1966.



Imagem 1- Primeira sede da Fafipa.

Fonte: Ariocho (2013b).

O “único apoio recebido foi do poder público municipal”, mas os estudantes também pagavam mensalidade de acordo com suas possibilidades. “Na década de 1970, geografia, letras (inglês e francês) e pedagogia eram os cursos mais disputados. Pessoas de pelo menos 50 cidades do Paraná participavam do vestibular [...] da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí². (AKIYOSHI, 2006 *apud* ARIOCH, 2013a).

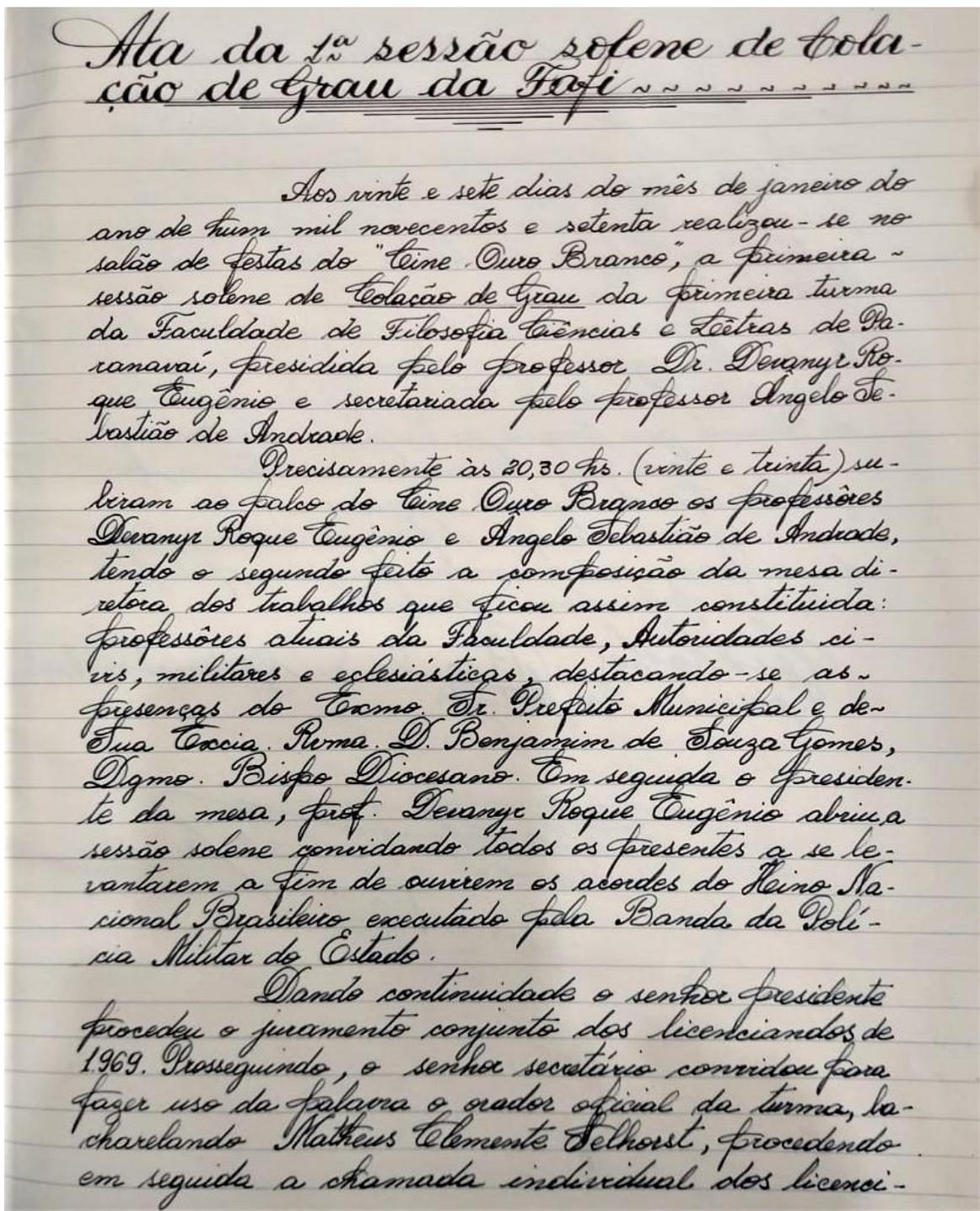


Imagem 2 - Ata da 1ª Sessão Solene de Colação de Grau da FAFI (FRENTE)

Fonte: Andrade (1970a, f.1)

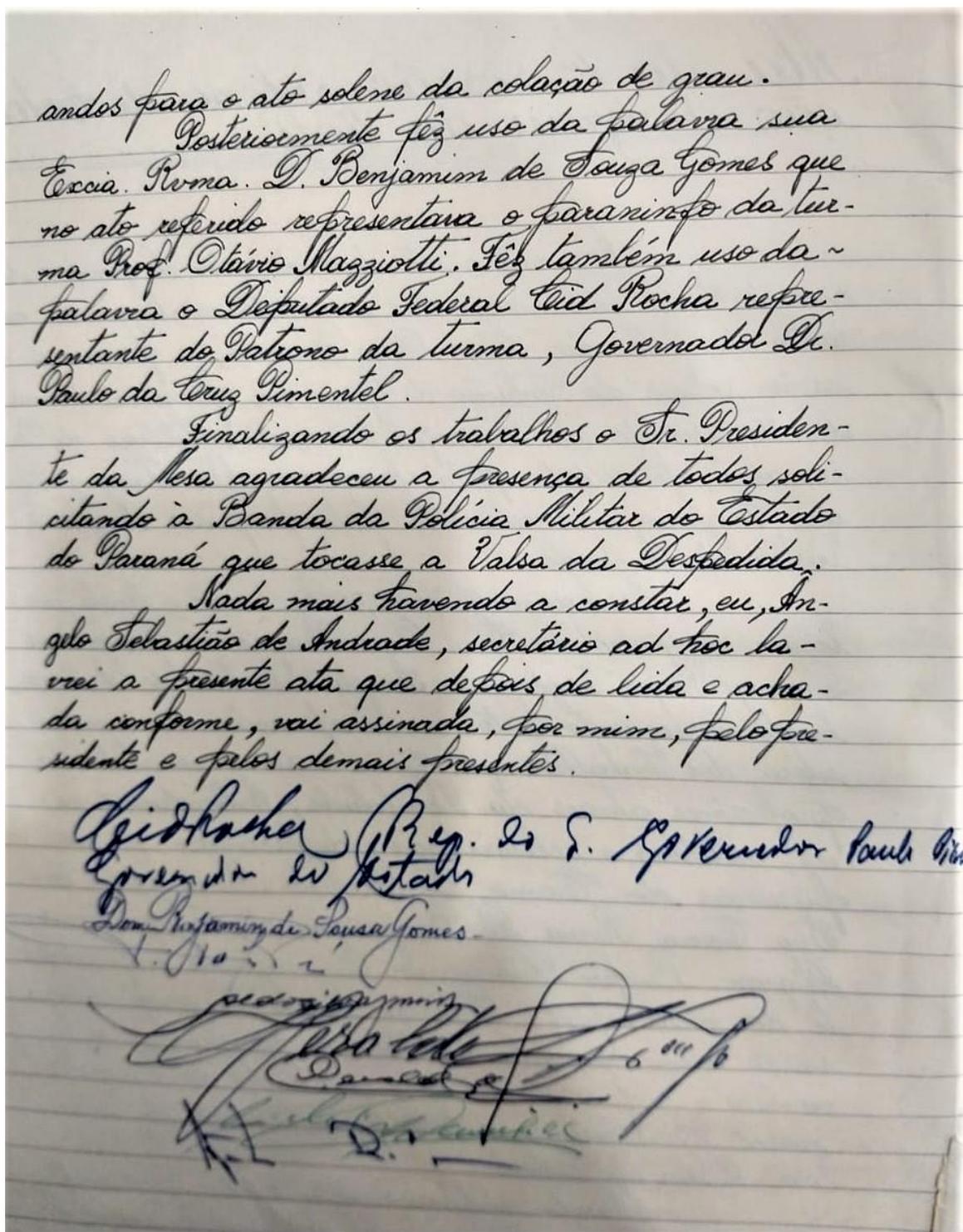


Imagem 3 - Ata da 1ª Sessão Solene de Colação de Grau da FAFI (VERSO)

Fonte: Andrade (1970b, f.1)

A Ata da Solenidade de colação de grau dos primeiros formandos da FAFI, cujo diretor era o Professor Dr. Devanyr Roque Eugenio, secretariado pelo Professor Ângelo Sebastião de Andrade, revela a suntuosidade do ato. O evento foi realizado no Cine Ouro

Branco, um dos três cinemas existentes na cidade, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de hum mil novecentos e setenta. Nessa data, formava-se a primeira turma dos quatro cursos de licenciatura. Foi a coroação do trabalho iniciado em meados da década anterior, com o suporte da Prefeitura Municipal e o protagonismo do Sr. Nelson Seiji Akiyoshi. O documento registra a presença de “[...] professores atuais da faculdade, autoridades civis, militares e eclesiásticas, destacando-se as presenças do Exmo. Sr. Prefeito Municipal e de Sua Excia. Revma. D. Benjamin de Souza Gomes, Dgmo. Bispo Diocesano.” Andrade (1970b, p. 1) registrou a presença da Banda da Polícia Militar do Estado, executando o Hino Nacional Brasileiro e, no encerramento da solenidade, a Valsa de Despedida.

A principal “[...] necessidade era formar professores, pois tínhamos poucos [...]”, tanto para lecionar em estabelecimentos de ensino primário ou secundário, quanto nos cursos de graduação recém-criados. (AKIYOSHI, 2006 *apud* ARIOCH, 2013a). Os licenciandos foram chamados individualmente para o Ato solene da Colação de Grau e fez

[...] uso da palavra sua Excia. Rema. D. Benjamin de Souza Gomes que no ato referido representava o paraninfo da turma Prof. Otavio Mazziotti. Fez também uso da palavra o Deputado Federal Cid Rocha representante do patrono da turma, Governador Dr. Paulo da Cruz Pimentel. (ANDRADE, 1970b, p.1).

O governo do Estado não ofereceu o apoio esperado por pessoas da comunidade no momento de constituição da FAFI, de acordo com a entrevista de Akiyoshi (2006 *apud* ARIOCH, 2013a). Porém, passados alguns anos, havia o reconhecimento do resultado do trabalho ali desenvolvido, com representante na formatura dos primeiros egressos. Da mesma forma, cabe registrar a presença da igreja católica na solenidade, representando apoio para a instituição. Já que foram os laços que se consolidavam para a formação de professores no contexto do regime político daquele momento histórico. A sessão solene foi presidida pelo segundo diretor da FAFI, mas se questionava se seriam motivações políticas que impediram o Sr. Nelson Seiji Akiyoshi, idealizador da FAFI a não se fazer presente à solenidade.

DA FAFI À UNESPAR: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E ATUAIS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Na esteira do desenvolvimento socioeducacional regional, o Curso de Pedagogia da FAFI foi autorizado em 07 de janeiro de 1966, pelo Parecer nº 01/66. (PARANÁ, 1966 *apud* PARANÁ, 2007, p. 2). O reconhecimento ocorreu após cinco anos, por meio do Decreto Federal nº 69.599, de 23 de novembro de 1971. (JUS BRASIL, 1971, p. 2). A trajetória do Curso perpassa a organização no âmbito legal e pudemos compreendê-la a partir de documentos históricos pertencentes à egressa Berenice Vessoni do Curso de Pedagogia, esposa do Sr. Demerval Nunes da Silva, o qual atuou como secretário acadêmico neste *campus* da Unespar, entre 1977 e 2019.

Os documentos foram intencionalmente produzidos e preservados, como por exemplo a ficha individual com informações da estudante do Curso de Pedagogia, ingressante no vestibular de 1966, aprovada com 22,85 pontos no vestibular, 19ª colocada no processo. Além das informações de ingresso, há uma fotografia da estudante, bem como o número dos documentos pessoais, naturalidade, nomes dos pais e estado civil. Havia espaço para assinaturas do diretor, inspetor e secretário da instituição. (VESSONI, 1966).

O Convite para a solenidade de formatura (Figura 4), também pertencente ao acervo particular de Berenice Vessoni, revela que foram 15 formandos do curso, vários deles com sobrenome oriental, indicando a grande incidência de imigrantes japoneses na região noroeste do Paraná e a procura dessas pelo Curso de Pedagogia. A primeira turma era formada por 14 mulheres e um homem. Embora todos tenham concluído o curso em 1969, a solenidade de colação de grau ocorreu no ano de 1970.

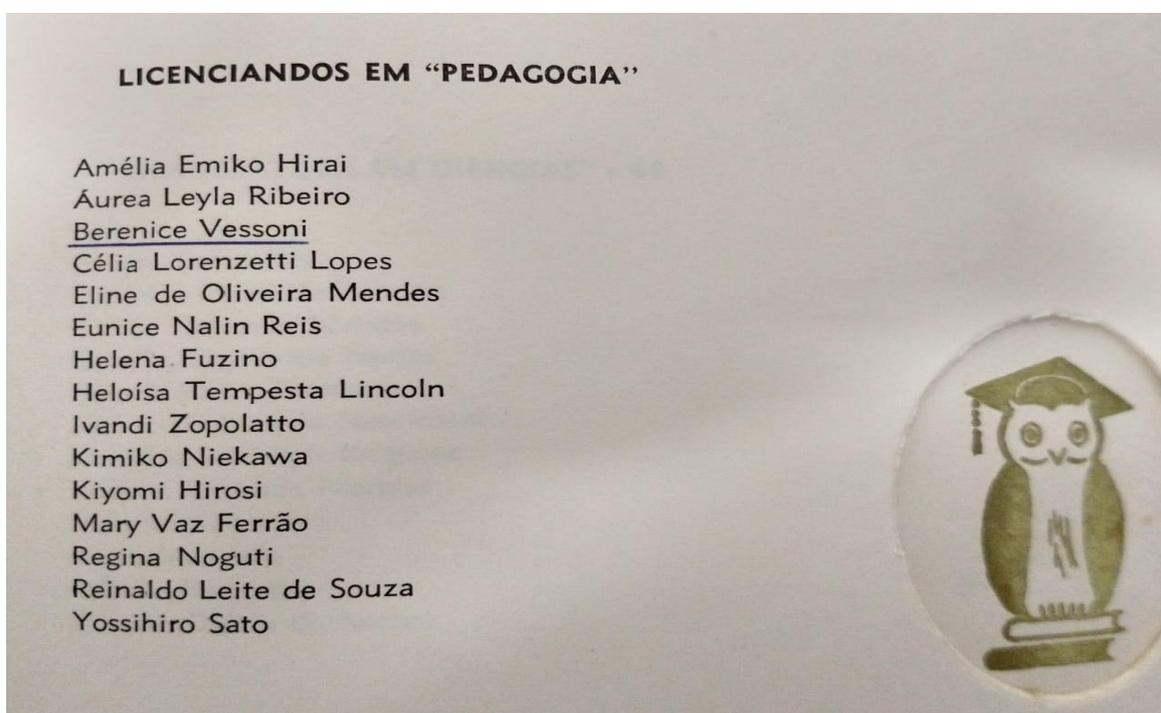


Imagem 4 - Convite de Formatura

Fonte: Vessoni (1970)

No ano de 1966, a Senhora Berenice Vessoni já atuava como professora de Educação física na Escola Normal Colegial Marechal Hermes da Fonseca, localizada na cidade de Paraisópolis no Paraná, com duas aulas semanais. O seu diploma⁵ garantiu o ingresso na área de Pedagogia.



Imagem 5 - Diploma de Licenciado em Pedagogia
 Fonte: Vessoni (1972)

Os documentos aqui trabalhados expõem aspectos da organização do Curso de Pedagogia da FAFI. Sua criação ocorreu junto com a instituição, como aliás ocorre muito frequentemente nas instituições de ensino superior nos dias atuais. Um Pedagogo ocupa papel central na organização didático-pedagógica, curricular e de gestão junto aos demais cursos de formação de professores, em todas as áreas de conhecimento. Com a formação, as mulheres passaram a ocupar esse espaço com respeito e consciência do que representa ser Pedagoga numa instituição de ensino. Os documentos mostram que desde o início do curso a presença da figura feminina foi majoritária.

Os dados disponíveis no Perfil do Ingressante de 2018, *campus* Unespar de Paranaíba, apontam que de 219 ingressantes do Curso de Pedagogia, 88,33% são do sexo feminino e 11,67% do sexo masculino; nas licenciaturas do *campus*, 71,63% dos estudantes são mulheres e 28,37% homens. Nos bacharelados, por sua vez, 50,78% são do sexo feminino e apenas 49,22 do masculino. (UNESPAR, 2019). Os dados evidenciam uma clara preferência das mulheres pelo Curso de Pedagogia e nos instiga a conhecer razões que levam as mulheres a escolher o referido curso.

Consideramos que a história das mulheres e de sua formação intelectual sempre foi cercada por diferenças na educação feminina e nas posições sociais por elas ocupadas, seja

nas instituições escolares, na família ou em outros espaços sociais. Scott (1992) demonstrou que essa foi uma prática estabelecida em muitas partes do mundo.

A história da mulher apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. Apesar das enormes diferenças nos recursos para ela alocados, em sua representação e em seu lugar no currículo, na posição a ela concedida pelas universidades e pelas associações disciplinares, parece não haver mais dúvida de que a história da mulher é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo. (SCOTT, 1992, p. 63).

O nosso estudo transita pelo campo da pesquisa da história das mulheres. Dessa forma, é impossível compreendermos a escolha pelo Curso de Pedagogia sem analisarmos aspectos a ela relacionados e às interrelações que se estabelecem entre o processo formativo no curso superior e as expectativas de trabalho.

Na pesquisa de campo realizada por Beatriz Almeida (2019) junto a estudantes do curso objetivando conhecer anseios formativos e perspectivas profissionais, participaram 22 pessoas do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Entre os respondentes, o maior número de participantes foi do 3º ano do curso, com 42,9% das respostas. A participação dos estudantes do 1º ano correspondeu a 14,3%, do 2º ano a 19% e do 4º ano a 23,8%. A consulta expressou que 23,8% dos estudantes de pedagogia trabalhavam em escolas.

Quanto à escolha por Pedagogia, as escolhas de estudantes da primeira metade do curso se justificam por experiências anteriores, como por exemplo: estudante que cursou o magistério; por questões pessoais, como auxiliar filho com autismo ou, ainda, por gostar de crianças, gostar de ensinar e valorizar o ato de educar. Contudo, a escolha também foi definida pela falta de opção por outro curso e atuação em uma escola. Já os estudantes que estão na segunda metade do curso associaram a escolha ao mercado de trabalho, mas também a questões pessoais, como o amor por ensinar e alfabetizar, por habilidades técnicas/didáticas e aptidão para atuar como pedagoga(o). (ALMEIDA, B., 2019).

O Curso de Pedagogia possibilita às mulheres exercerem sua profissão conciliando a carreira com família, desejos e sonhos. A pesquisa de campo também mostrou que, por vezes, a falta de opção por outra formação em nível superior definiu a escolha de acadêmicos que também buscam estabilidade no trabalho após a formatura, especialmente por meio de concurso público. As respostas dos estudantes expressam representações acerca do Curso de Pedagogia, decorrentes de compreensões individuais ou coletivas. (ALMEIDA, B., 2019).

Apesar dessa inferência, este é o curso mais procurado entre as licenciaturas, como aponta o relatório de homologação de candidato/vaga da Comissão Central do Concurso Vestibular da Unespar (2018-2019). Superando as demais licenciaturas, foram 7,53 candidatos por vaga no período noturno e 2,47 no vespertino. (UNESPAR, 2019). O Curso oferta 60 vagas anuais subdivididas igualmente entre o vespertino e o noturno, sendo 50% via vestibular e 50% pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU). Todavia, há desistência de estudantes na medida em que avançam no curso, como mostra a tabela abaixo. Um

movimento usual é a troca de turno após o segundo ano do curso, em geral do vespertino para o noturno, o que leva à redução de alunos no vespertino.

Quadro 1 - Estudantes matriculados no curso de Pedagogia

<i>Campus</i>	<i>Turno</i>	<i>Série</i>	<i>Alunos</i>
Paranavaí	Noite	1ª Série	34
Paranavaí		2ª Série	32
Paranavaí		3ª Série	31
Paranavaí		4ª Série	23
Paranavaí		Total do Curso	120
Paranavaí	Tarde	1ª Série	31
Paranavaí		2ª Série	23
Paranavaí		3ª Série	27
Paranavaí		4ª Série	19
Paranavaí		Total do Curso	100

Fonte: UNESPAR (2019)

A Unespar conta com programas que contribuem para diminuir a evasão dos cursos, entre eles o de Monitoria acadêmica. O Curso de Pedagogia também desenvolve subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), fortalecendo a permanência de estudantes no curso. A bolsa de estudos oportuniza a estudantes dedicarem-se preferencialmente à formação acadêmica. Nessa perspectiva, o Curso se insere num conjunto de ações que possibilitam a formação da mulher no ensino superior e sua atuação profissional em diferentes espaços de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Superior permite às mulheres o crescimento profissional e pessoal. A escolha da profissão está relacionada ao contexto sócio-histórico e ao percurso de vida. Como a mulher era ensinada a cuidar de crianças, o Curso de Pedagogia as aproximou desse caminho, dando-lhes a base para a ação docente fundamentada nas ciências da educação.

É possível inferir pelos estudos realizados e pela análise dos dados dessa pesquisa de campo que a discussão sobre as condições para a permanência das mulheres na universidade é urgente e necessária. Como exposto, desde a primeira turma de formandos, o Curso de Pedagogia do *campus* da Unespar de Paranavaí atendeu um número maior de mulheres. Os documentos analisados evidenciaram a relevância do Curso para a sociedade, especialmente registrados por meio de Ata de solenidades de formatura, dos registros de estudantes e diplomas, bem como na imprensa local.

Historicamente, o Curso de Pedagogia passou por mudanças legais e da organização didático-pedagógica. Ao pesquisar sobre a história do curso, assim como a história da criação

do *campus* da Unespar, desconhecida por grande parte dos que aqui estudaram, estamos contribuindo para tornar conhecida parte da história da educação da região. Conhecer nossa história é a base para termos uma criticidade acerca dos problemas, fatos históricos, entre outros, que ocorreram e permeiam nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. **Pesquisa junto a acadêmicos do curso de Pedagogia**. Paranavaí, 2019.
- ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. 1. reimp. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.
- ALMEIDA, M. B. de; LIMA, M. das G. de. Formação inicial de professores e o curso de Pedagogia: reflexões sobre a formação matemática. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 18, n. 2. Online. 2012. DOI: 10.1590/S1516-73132012000200014. Disponível em: <https://bit.ly/3FwkV6Y>. Acesso em: 25 set. 2019.
- ANDRADE, Â. S. de. Ata da 1ª Sessão Solene de Colação de Grau da FAFI (frente). **Livro de Atas de Colação de Grau**. Paranavaí, PR, 1970a. 1 fotografia.
- ANDRADE, Â. S. de. Ata da 1ª Sessão Solene de Colação de Grau da FAFI (verso). **Livro de Atas de Colação de Grau**. Paranavaí, PR, 1970b. 1 fotografia.
- ARAGÃO, M.; KREUTZ, L. Representações acerca da mulher-professora: entre relatos históricos e discursos atuais. **História da Educação**, Porto Alegre, v.15, n. 34, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3mytQvQ>. Acesso em: 15 out. 2021.
- ARAÚJO, S. A. C. **Professora Júlia Wanderley: uma mulher-mito (1874-1918)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.
- ARIOCH, D. **Fafipa, a faculdade mais antiga do noroeste do Paraná**. Paranavaí, 05 abr. 2013a. Disponível em: <https://bit.ly/300oli7>. Acesso em: 15 out. 2021.
- ARIOCH, D. **Primeira sede da Fafipa**. Paranavaí, 05 abril 2013b. 1 fotografia. Disponível em: <https://bit.ly/3ED1hVw>. Acesso em: 15 out. 2021.
- ÁVILA, R. C.; PORTES, É. A. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-estar e sociedade**, Barbacena, ano II, n. 2, p. 91-106, jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3Aq5EAQ>. Acesso em: 28 maio 2021.
- BARROSO, C. L. de M.; MELLO, G. N. de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, 1975. Disponível em <https://bit.ly/3lqvUqo>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007>. Disponível em: <https://bit.ly/3Dp11ZA>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 252/1969. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdos e duração para o curso de graduação em pedagogia. Relator: Valmir Chagas. **Documenta**. Brasília, n. 100, 1969a. p. 101-179.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 2, de 11 de abril de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do Curso de Pedagogia. **Documenta**. Brasília, n. 100, 1969b. p. 113-117.

BRASIL. **Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3BxPQgE>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <https://bit.ly/2YBzhSf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1968. Disponível em: <https://bit.ly/3DoZZNd>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 27 dez. 1996.

BRASIL. MEC. **Decreto nº 3.554, 7 de agosto de 2000**. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3Btfgfo>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. MEC. Resolução CNEP/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura. **Diário Oficial da União**. Brasília 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: <https://bit.ly/3aozFq2>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CASTRO, N. S. E. **Um olhar para as estudantes mulheres do curso de Pedagogia a distância da UFRGS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão, 1988.

CORBUCCI, P. R.; KUBOTA, L. C.; MEIRA, A. P. B. Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil: nova fase da mercantilização do ensino. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3oMMgMf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

FURLAN, C. M. **A História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005**. Disponível em: <https://bit.ly/3bIqFN9>. Curitiba: PUC, 2008. Acesso em: 15 out. 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mulheres ganham 76% da remuneração dos homens**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3FwFIHf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

JUS BRASIL. Decreto Federal nº 69.599, de 23 de novembro de 1971. Reconhecimento a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí-Pr. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de novembro de 1971, Seção 1, p. 2. Disponível em: <https://bit.ly/3o1y3sC>. Acesso em: 15 out. 2021.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas; São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

PARANÁ (Estado). Conselho Estadual de Educação. Câmara de Educação Superior. **Processo nº 1673, de 07 de novembro de 2007**. Curitiba: CEE, 2007. p. 2. Disponível em: <https://bit.ly/2YE6Pji>. Acesso em: 07 nov. 2021.

PARANÁ (Estado). **Lei nº 9.466, de 12 de dezembro de 1990**. Disponível em: <https://bit.ly/3o0L0Da>. Acesso em: 15 out. 2021.

PARANÁ (Estado). **Lei nº 9.663, de 16 de julho de 1991**. Transforma em Autarquias as Fundações Estaduais que menciona e adota outras providências. Curitiba, Paraná, 16 de julho de 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3myt9me>. Acesso em: 28 dez. 2019.

PARANÁ (Estado). **Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001**. Integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, as entidades de ensino superior que especifica e adota outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3uWwFuo>. Acesso em: 28 dez. 2019.

PARANÁ (Estado). **Lei nº 15.300, de 28 de setembro de 2006**. Integra em autarquia denominada Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, as Faculdades Estaduais que especifica. Disponível em: <https://bit.ly/3oNv8G8>. Acesso em: 28 dez. 2019.

PARANÁ (Estado). **Lei nº 17.590 de 12 de junho de 2013**. Disponível em: <https://bit.ly/3lycFvj>. Acesso em: 28 dez. 2019.

PARANAÍ (Município). **Lei nº 389 de 27 de outubro de 1965**. Cria o Fundo Municipal Ensino Superior. Paranavaí, 1965. (Arquivo digitalizado).

PARANAÍ (Município). **Lei nº 555 de 23 de junho de 1971**. Altera o Fundo Municipal Ensino Superior. Paranavaí, 1971. (Arquivo digitalizado).

SCOTT, J. W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

STENTZLER, M. M. Escolas complementares: um novo modelo de escola para formação de professores na região do Contestado (1928-1938). **Práxis Educativa**, v. 13, n. 3, p. 769-783. set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.13i3.0008>. Disponível em: <https://bit.ly/3Fz9QSo>. Acesso em: 20 dez. 2019.

UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. Comissão Central Concurso Vestibular. **Relatório candidato/vaga 2018-2019**. Disponível em: <https://bit.ly/3FxxcHZ>. Acesso em: 18 dez. 2019.

UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. PROGRAD: Pró reitoria de ensino de graduação. **Relatório da base de dados: registros acadêmicos**. Paranavaí, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3BtXIQk>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNESPAR. Universidade Estadual do Paraná. PROGRAD: Pró reitoria de ensino de graduação. **Relatório de matrículas no ano de 2019**. Paranavaí, 2019.

VESSONI, B. **Convite de formatura**. 1970. 1 fotografia.

VESSONI, B. **Diploma de licenciado em pedagogia**. 1972. 1 fotografia.

VESSONI, B. **Ficha individual de estudante**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, 1966.

AUTORIA:

* Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná. Mestranda em ensino, formação docente interdisciplinar pela Universidade Estadual do Paraná. Contato: biiiaallmeida2227@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora adjunta na Universidade Estadual do Paraná. Contato: marcia.stentzler@unespar.edu.br

COMO CITAR ABNT:

SILVA, B. F. A. da; STENTZLER, M. M. Pedagogia da UNESPAR - campus de Paranavaí e a história da formação de professoras na região noroeste do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-21, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659142. Disponível em: <https://bitly.com/SFLHq>. Acesso em: 30 mar. 2022.

Notas

¹ Entre os cursos pesquisados pelas autoras estão os da área de Letras, Ciências Humanas e Filosofia, compreendendo os cursos de Letras, Pedagogia, Geografia, História, Ciências Sociais, Psicologia e Filosofia. Esses cursos abarcavam 50% das mulheres matriculadas no curso superior. (BARROSO; MELLO, 1975, p. 53).

² Em 12/12/1990, através da Lei n.º 9.466, a FAFIPA foi estadualizada passando a denominar-se Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. (PARANÁ, 1990). Em 16/07/1991, com a Lei n.º 9.663, foi transformada em Autarquia Estadual com o nome de Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. (PARANÁ, 1991). Tornou-se *campus* de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná, Unespar, pela Lei n.º 13.283, de 25/10/2001, alterada pela Lei Estadual n.º 15.300, de 28 de agosto de 2006; alterada pela Lei 17.590 de 12 de junho de 2013. (PARANÁ, 2001, 2006, 2013).